

Sarney começa a "amarrar" votos

Reúne-se com 7 ministros para tentar garantir presidencialismo

O presidente José Sarney convocou sete ministros para o café da manhã, hoje, no Palácio da Alvorada. O objetivo do encontro é avaliar a maioria do Governo na Comissão de Sistematização e estabelecer uma estratégia mais agressiva para não apenas "amarrar" os votos a favor do presidencialismo como ampliar a maioria conquistada.

Os convidados para esta reunião são os ministros: Ronaldo Costa Couto, do Gabinete Civil; Ivan de Souza Mendes, do Serviço Nacional de Informações; Antonio Carlos Magalhães, das Comunicações; Anibal Teixeira, do Planejamento; Jorge Bornhausen, da Educação; Raphael de Almeida Magalhães, da Previdência e Assistência Social e Deny Schwartz, do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente.

CRITÉRIO

Um importante assessor Sarney revelou que o critério para a convocação dos sete ministros foi o "poder de influência" de cada um na Constituinte. Mas as reuniões entre Sarney e os ministros deverão prosseguir ainda. É provável, inclusive, que já no domingo, ou no início da semana, novos ministros sejam convocados.

O mesmo assessor confirmou que de todas as avaliações feitas sobre os votos na Comissão de Sistematização — a do deputado Gervino Viana, a do líder do Governo na Câmara, Carlos Sant'Anna, e a realizada pelo SNI — indicam que o Governo dispõe hoje de 50 dos 93 votos da comissão. Mas é também um consenso predominante no Governo de que a maioria conquistada não é "confiável", daí a necessidade de ampliar a margem.

Por razões óbvias a fonte não revelou qual a estratégia que será utilizada. Um ponto, no entanto, ele adiantou, o Governo não fa-

rá mais qualquer concessão porque entende que "já negociou até o seu limite".

O Governo considerou ontem encerradas as negociações com o grupo parlamentarista e já começou a cerrar baterias para aprovar na Comissão de Sistematização a emenda que mantém o sistema presidencialista. Para isso, contudo, deverá fazer algumas alterações porque nem os moderados se sentem atendidos nas reivindicações de um congresso forte com o texto da emenda Theodoro Mendes.

Anteontem à noite, ao receber seu líder Carlos Sant'Anna, o presidente José Sarney se mostrou surpreso quando ele lhe disse que não portava o texto prometido pelos parlamentaristas, (ver matéria ao lado) mas apenas o documento — divulgado na véspera — com aquilo que o grupo considerava como intenções sobre a mudança de Governo. Então, o Presidente concluiu: "só nos resta o presidencialismo".

Sant'Anna voltou ontem à noite ao Palácio do Planalto, atendendo chamado presidencialista, mas outra vez seguiu com as mãos vazias. O grupo parlamentarista havia marcado para até as seis da tarde de quarta e o meio-dia de ontem a entrega, respectivamente, do modelo e das disposições transitórias, que resumiam as exigências da liderança do Governo para iniciar negociações. Mas, como lembrou o líder, os prazos foram vencidos sem que nada de concreto fosse entregue.

O líder governista também recebeu os deputados Saulo Queiroz, Aleni Guerra e Humberto Souto, todos do PFL, que se mostravam desesperados, segundo Sant'Anna, porque estavam aliados do grupo parlamentarista. Eles contaram outra versão. Segundo eles o PFL tem onze parlamentaristas na Sistematização.



Reunidos o dia todo, os parlamentaristas chegaram a um consenso discutido ontem à noite com Cabral

Acordo dá fôlego a parlamentaristas

Os parlamentaristas rearticularam suas forças e aprovaram ontem um texto comum levado ao relator Bernardo Cabral, à noite, durante reunião na casa do deputado Ulysses Guimarães. Resultado da fusão de três emendas (Afonso Arinos, Nelson Carneiro e Carlos Chiarelli), a proposta de consenso só atinge as disposições permanentes da Constituição. Quanto às transitórias, que definirão a duração do mandato presidencial e a data de implantação do novo regime de Governo, não houve acordo, devendo ser mantido o mandato de 5 anos e prevista a implantação gradual.

Como nos últimos dias, o sistema de Governo foi discutido ontem em muitas reuniões. A primeira ocorreu na residência oficial da Presidência da Câmara, pela manhã, quando o deputado Ulysses Guimarães, o relator do PMDB na Câmara, no Senado e na Constituinte (Luiz Henrique, Fernando Henrique e Euclides Scalco) se encontraram para dar os últimos retoques aos pontos sem polêmica do substitutivo a ser entregue hoje.

Lá o relator reafirmou que repetiria os termos do seu projeto anterior a respeito do regime se não fosse obtido consenso.

Da reunião na casa de Ulysses, os líderes peemedebistas saíram para o apartamento do deputado Euclides Scalco, onde prosseguiram na análise do substitutivo. Enquanto is-

so, o vice-líder Ibsen Pinheiro era enviado a um encontro de parlamentaristas no 10º andar do Anexo I do Senado, para coordenar a redação de um texto consensual.

Entre diversos contatos, um dos quais com o presidente do PFL, senador Marco Maciel, o senador José Richa também teve uma atuação destacada na costura do acordo parlamentarista. Outro que se movimentou bastante foi o pefelista Marcondes Gadelha, que manteve o senador Afonso Arinos permanentemente informado do andamento das negociações.

Apesar de ter ficado cla-

ro, desde o início, que apenas as disposições permanentes seriam objeto de acordo, a reunião dos parlamentaristas não chegou a ser tranqüila. Após muita discussão, saiu finalmente um texto capaz de reunir — pelo menos na interpretação dos defensores do regime de gabinete — cerca de 55 votos na Comissão de Sistematização. A proposta final pinçou artigos das emendas Afonso Arinos, Nelson Carneiro e Carlos Chiarelli.

O mandato do presidente José Sarney será fixado em cinco anos e a partir da promulgação da Constituição, ele passará a governar

através de um regime parlamentarista. No primeiro ano, o ministério escolhido por Sarney não poderá sofrer voto de desconfiança ou o presidente dissolver a Câmara. Esse será o período de transição que durará até março de 89, — ou 90, dependendo da data da promulgação — quando então Sarney terá de submeter à aprovação da Câmara o nome do primeiro ministro.

Pelo projeto os ocupantes da Casa Civil e Militar da presidência perderão o status de ministros, retornando à situação de início da década de 60. Os chefes das duas casas são da confiança do presidente da República e não poderão ser destituídos por voto de desconfiança do Parlamento.

RICHA

O senador José Richa (PMDB-PR) intensificou ontem, desde cedo, os contatos com defensores do presidencialismo, buscando um entendimento com o parlamentarista. Pela manhã, o senador paranaense conversou pelo telefone com o ministro chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, e líder governista, deputado Carlos Sant'Anna. E se reuniu com presidente do PFL, senador Marco Maciel (PE), em seu gabinete, onde conversaram sobre o tema durante mais de trinta minutos.

Richa recebeu nesses contatos a garantia de que os presidencialistas ainda se mostram dispostos a um entendimento, mantendo-se abertos ao diálogo.

Líder: jogo empatado

"O que existe é um grande jogo de cena. Ninguém — nem presidencialistas nem parlamentaristas — pode afirmar que tem a maioria na Comissão de Sistematização, cuja tendência a respeito do sistema de Governo é absolutamente imprevisível. Hoje, há quarenta votos para cada lado e treze que tanto podem optar por um regime quanto pelo outro".

A afirmação é do deputado Luiz Henrique, líder do PMDB na Câmara, ao tentar desvendar o quadro de inteira confusão formado ontem em torno do sistema de Governo. Ele apontou as manifestações dos dois lados, ambos garantindo que possuem a maioria na Siste-

matização, como parte de uma estratégia política destinada a fortalecer cada uma das posições no momento de negociação.

Para o líder peemedebista, o confronto não interessa a ninguém. Em se tratando do regime, seja qual for o resultado de uma apuração voto por voto, o projeto vencedor sairá já enfraquecido pela radicalização.

Ao contrário do deputado Luiz Henrique, o senador Afonso Arinos de Melo Franco, presidente da Comissão de Sistematização, tem informações de que os parlamentaristas são maioria naquele colegiado, com cerca de 52 votos contra 41 para o presidencialismo.

Poucas mudanças no novo texto de Cabral

O projeto de Constituição definitivo que deverá ser entregue hoje pelo relator Bernardo Cabral (PMDB-AM) vai trazer modificações em relação ao substitutivo atual. Com o critério adotado pelo deputado amazonense de manter o texto dos pontos polêmicos que não conseguiram avançar em direção ao consenso, questões como a anistia, estabilidade, censura ou redução da jornada de trabalho, por exemplo, não sofrerão nenhuma alteração.

Até ontem à noite, Bernardo Cabral dependia do resultado das negociações de apenas dois pontos para fechar o seu projeto: a reforma agrária e sistema de governo. O último prazo concedido aos articuladores vence hoje ao meio dia, se não houver a conciliação. Cabral mantém o parlamentarismo proposto pelo senador Afonso Arinos e "deixa a batalha para o plenário", como revelou o relator-adjunto, senador José Ignácio Ferreira.

Os principais temas ficam assim:

Forças Armadas — Cabral defende as Forças Armadas e os poderes constituídos, e por solicitação de um destes, garantir a manutenção da Lei e da Ordem.

Aposentadoria — Cabral vai manter o tempo de 30 anos para a mulher e 35 para os homens, sem o limite de idade para a requisição da aposentadoria.

Reforma Tributária — As prefeituras deverão ter de volta o controle da arrecadação do Imposto Sobre Serviços (ISS) em troca de uma menor participação

dos Municípios na distribuição das quotas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM).

Pena para traficantes — Os crimes de tráfico de drogas entorpecentes passarão a ser inafiançáveis e imprescritíveis, com prisão fechada e sem perspectiva de inovações de pena nem direito a prisão aliberta. As penas poderão ainda ser revistas.

STF — Perderá as suas atuais atribuições — que passarão para a alçada do Supremo Tribunal de Justiça, a ser criado — e passa a funcionar quase exclusivamente como Corte Constitucional, com onze integrantes.

Representação dos Estados — A representação dos Estados no Congresso Nacional será fixada em um mínimo de 8 parlamentares por Estado e o máximo de 80. A medida beneficia principalmente o Estado de São Paulo, que terá sua bancada aumentada de 60 para 80 parlamentares.

Empresa Nacional — Continuará o texto do anteprojeto anterior que determina que empresa nacional é aquela constituída segundo as leis brasileiras e com sede no Brasil. O seu titular terá que residir no País, não sendo necessária a nacionalidade brasileira. A empresa nacional com capital estrangeiro não poderá receber incentivos fiscais e tampouco utilizar a poupança interna.

Reserva de Mercado — Sai o artigo que considera o mercado interno "patrimônio". Mas permanecerá o critério de proteção temporária para as indústrias

nascentes naqueles setores considerados de interesse para o desenvolvimento tecnológico e científico do País.

Mineração — A mineração em área indígena só poderá ser autorizada pelo Congresso Nacional, segundo o novo substitutivo. Na primeira versão, o capítulo reservado à mineração garantia ao índio essa prerrogativa.

Reforma Tributária — O imposto sobre vendas a varejo foi retirado do novo substitutivo. Para substituí-lo, os municípios voltarão a arrecadar o ISS. No anteprojeto anterior, previa-se a arrecadação pelos Estados de 5% adicional do Imposto de Renda que também foi excluído desta nova versão. O Fundo de Participação dos Estados e Municípios arrecadará 47% do total da arrecadação do Imposto de Renda e o IPI, um por cento a mais do que estava previsto no substitutivo anterior. Desse total, 3% serão destinados às organizações e instituições financeiras regionais em substituição ao Fundo Especial do Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Os empréstimos compulsórios poderão ser criados pela União não apenas em situações de calamidade pública.

Reforma Agrária — O relator decidiu manter o instrumento da emissão de posse automática, tal e qual havia sido proposto no substitutivo anterior.

Censura — Segundo o senador José Ignácio Ferreira (PMDB-ES), relator-adjunto, o texto do substitutivo anterior será mantido. Assim, fica vedada toda e

qualquer censura de natureza política ou ideológica. São proibidas as publicações impressas, os espetáculos públicos, a programação e a publicidade em geral nas emissoras de rádio e de televisão, que se utilizem de temas ou imagens pornográficas, que atentem contra o bom costume e que incitem à violência. Já a deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ) informou que haverá a previsão de classificação de diversões públicas, e de lei que fixará os recursos de que a sociedade poderá se valer para se defender das agressões praticadas pelas emissoras de rádio e de televisão sempre que elas se utilizarem, em programas e mensagens, de temas pornográficos, que atentem contra a moral, os bons costumes, a saúde, ou incitem à violência, ou ainda prestigiem os vícios.

Anistia — Fica mantido o texto do substitutivo anterior. E concedida anistia a todos que, no período de 18 de setembro de 1946 até à data da promulgação da Constituição, foram atingidos, em decorrência de motivação política, por atos de exceção, institucionais ou complementares e decretos, asseguradas as promoções na inatividade.

Saúde — Cai a possibilidade de a União, os Estados e o Distrito Federal intervir e desapropriarem serviços de saúde de natureza privada não obrigatória à execução dos objetivos da política nacional de saúde.

Sistema Eleitoral — Deverá cair o voto distrital, diante das reações que o tema adotado no substitutivo anterior vem provocando.

LEONARDO MOTA

Vacilação irrita

Presidente da República não tem escondido mais sua irritação com o que entende ser uma alienação da classe política brasileira ao se inclinar pelo parlamentarismo sem convicções arraigadas, e sem uma antevisão das consequências que o novo sistema de governo poderá determinar. A irritação presidencial é mais forte em relação a lideranças que mudam suas posições sobre o tema como se estivessem alterando opiniões sobre uma questão bizantina, quando na verdade se trata de um assunto que irá definir a governabilidade do poder civil, e o futuro das instituições democráticas.

Estaria o Presidente mais disposto a negociar a admissão do parlamentarismo se constatasse em líderes como o deputado Ulysses Guimarães uma real identificação doutrinária com uma forma de governo capaz de solucionar as necessidades do País, quando nele vê apenas a instrumentação de desejos políticos sub-reptícios do núcleo remanescente do antigo PMDB opositorista, e que procura um caminho novo para se legitimar.

O deputado Ulysses Guimarães, de fato, vem perdendo densidade nas pesquisas de opinião pública, e já não é o líder aglutinador que comandava um partido de mística e carisma. O presidente nacional do PMDB prefere seccionar a estrutura do poder entre o bloco em que ficarão o Presidente da República e os militares. O que restará ao Congresso e ao povo? Isso porque nas negociações para se obter o consenso em torno da forma final do parlamentarismo nesses trópicos o político constituinte tratou primeiro de salvar a sua pele, entregando aos militares o que é dos militares, mas não dando ao Presidente e que o realismo mostra ser dele.

Foi uma demonstração de que a classe política age por instinto de sobrevivência, não por grandeza dos que inovam. O medo de uma intervenção militar poderá por paradoxo, apressá-la, pois a tutela a ser exercida sobre o Presidente da República o levará a praticar um jogo de enfrentamento com o primeiro-ministro, desconfiando do Congresso, e culto paulista à opinião pública. O plebiscito virá, em seguida, apoiado pelos chefes militares, para restaurar o presidencialismo, antes que o próprio Urutu torne-se primeiro-ministro. Irritação presidencial é mais cabal quando antevê todo o quadro que se desenha para o futuro próximo, repetindo a História, e o pior, sem que Sarney seja um Jango nem Leônidas um Lott.

REFORMA ACELERADA

Considerava-se ontem como possível de substituição no Governo ministros que se encontram inteiramente desarticulados com os projetos políticos e administrativos do presidente Sarney. Há um mínimo de integração e trabalho de equipe. A continuar esse quadro, o Presidente da República poderá ser surpreendido com o pedido de demissão de um ou dois ministros julgados competentes e leais ao Presidente. No entanto, estão se cansando dessa condição, que não lhes rende muita coisa.

BRIGAS INSTABILIZAM

Um importante ministro do Governo afirma com certa energia, que a raiz da crise política é a permanente arenga entre o presidente Sarney e o deputado Ulysses Guimarães. Há que ter um programa mínimo de entendimento entre as duas pessoas que no fundo são responsáveis pela estabilidade política do País, pensa o ministro.

PRESTÍGIO A ANTONIO CARLOS

Tendo recebido convite para conceder uma entrevista no canal de TV do clã dos Vianna, ontem, em Salvador, o ministro Aureliano Chaves manteve-se neutro, quando soube que a preferência poderia melindrar o ministro Antonio Carlos Magalhães, dono da outra TV. A tarde, mandou chamar as duas TVs e recebeu-as juntas.